						
PROTOCOLO GERAL Nº 64055.004828/2024-60		MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO 17º Batalhão de Fronteira (BC Prov MG 1842) BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO			ASSUNTO: Aquisição de serviço de rastreamento satelital, tendo em vista as necessidades do CIOPPAN do 17º B Fron.			
SEÇÃO: CIOPPAN do 17º B Fron					ANO: 2024			
INTERESSADO: CIOPPAN								
ASSUNTO: Contratação de Empresa Especializada em serviço de rastreamento satelital, para atender a demanda do CIOPPAN, do 17º B Fron.								
ANEXO: 01 (um) processo administrativo com ____ folhas, de acordo com a LEI Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.								
MOVIMENTO DO PROCESSO								
DESTINO		DATA			DESTINO		DATA	
1	FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				13			
2	SALC				14			
3	CONFORMIDADE DE GESTÃO				15			
4					16			
5					17			
6					18			
7					19			
8					20			
9					21			
10					22			
11					23			
12					24			



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO

Índice lacônico

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 90003/2024 – 17º B FRON

Nº	ITEM DE DOCUMENTAÇÃO	Folha
02	Capa com nup	-
03	Índice	-
04	Termo de Abertura de processo Administrativo	-
05	Termo de Autuação	01
06	Check list AGU	02
07	Boletim do DOU de Nomeação de Comandante	09
08	Boletim de Publicação de OD	10
09	Boletim de Publicação da Equipe de Planejamento	11
10	DIEEx Requisitório	13
11	PCA	15
12	Relatório da Pesquisa de Preços	17
13	Pesquisa de Preços	20
14	Nota de Crédito	22
15	Aviso de Contratação Direta	23
16	Justificativa para a não utilização do Sistema de Registro de Preços	37
17	Justificativa da não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização e Por Não Adoção ao Cartão de Pagamento	38
18	Declaração de Adequação Orçamentária	39
19	Lei Orçamentária	40
20	Justificativa para a não utilização do Sistema de Registro de Preços (Eq.Pl.)	43
21	Justificativa da não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização e Por Não Adoção ao Cartão de Pagamento (Eq.Pl.)	44
22	Termo de Referência	45
23	Estudo Técnico Preliminar	58
24	Modelo de Planilha de Custos	64

25	Documento de Formalização da Demanda	<input type="radio"/>	65
26	Mapa de Gerenciamento de Riscos	<input type="radio"/>	69
27	<input type="radio"/> Proposta		
28	<input type="radio"/> SICAF		
29	<input type="radio"/> CADIN		
30	<input type="radio"/> Certidão TCU Consolidada		
31	<input type="radio"/> Certidão CNDT		
32	<input type="radio"/> Certidão CRF		
33	<input type="radio"/> Certidão PGFN		
34	<input type="radio"/> Declaração de ausência de Fatos Impeditivos		
35	<input type="radio"/> Declaração de que não emprega menor de idade		
36	<input type="radio"/> SICAF PF		
37	<input type="radio"/> TCU PF		
38	<input type="radio"/> CEIS PF		
39	<input type="radio"/> CNJ PF		
40	<input type="radio"/> Certidão Negativa de Falência ou Concordata		
41	<input type="radio"/> DIEX		
42	<input type="radio"/> Empenho		
43	<input type="radio"/> SICAF		
44	<input type="radio"/> Cadin		
45	<input type="radio"/> TCU Consolidada		
46	<input type="radio"/>		
47	<input type="radio"/>		
48	<input type="radio"/>		
49	<input type="radio"/>		
50	<input type="radio"/>		
51	<input type="radio"/>		
52	<input type="radio"/>		
53	<input type="radio"/>		
	<input type="radio"/>		
	<input type="radio"/>		
	<input type="radio"/>		



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO**



TERMO DE AUTUAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90003/2024 – 17º B FRON

CONFERIDO

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria Normativa nº 1.243, de 21 de setembro de 2006 e o item 5.1 da Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 19 de dezembro de 2002, autuo nesta data, o Processo Administrativo nº 64055.004828/2024-60, referente à Dispensa de Licitação acima indicada, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviço de rastreamento satelital, conforme previsto no caput do Art. 75, da Lei nº 14.133/21, e demais legislações correlatas.

Corumbá, MS, 25 de junho de 2024.


KARINNE PINHEIRO SALLES BARBOSA – 3º Sgt
Aux Salc – 17º B Fron



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO
(Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral)

- * Lista 1 – Preenchida em **todas** as contratações diretas;
- * Lista 2A – Preenchida em contratação por **inexigibilidade**;
- * Lista 2B – Preenchida em contratação por **dispensa**;
- * Lista 3A – Preenchida para **aquisições**, tanto por inexigibilidade como dispensa;
- * Lista 3B – Preenchida para **serviços**, tanto por inexigibilidade como dispensa.

TIPO DE CONTRATAÇÃO

LISTAS A SEREM PREENCHIDAS

Inexigibilidade para aquisição	Lista 1 Lista 2A Lista 3ª
Inexigibilidade para serviço	Lista 1 Lista 2A Lista 3B
Dispensa para aquisição	Lista 1 Lista 2B Lista 3ª
Dispensa para serviço	Lista 1 Lista 2B Lista 3B

Notas explicativas

A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 e pela IN SEGES/ME nº 67/2021 às hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica¹.

A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências

mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

Foram elaboradas 5 (**cinco**) listas distintas.

A primeira traz os elementos **comuns** que devem constar em todos os procedimentos de contratação direta.

Além do preenchimento da primeira lista, o agente deverá preencher obrigatoriamente uma das duas listas seguintes, conforme se trate de inexigibilidade ou dispensa, ou seja, deverá preencher a lista 2A ou a lista 2B.

Finalmente, também deverá preencher uma ou mais listas das duas seguintes, que trazem elementos **específicos** de verificação a depender do objeto da contratação (3A aquisição e 3B serviços em geral).

As seções e/ou listas específicas que não forem aplicáveis ao presente caso deverão ser removidas.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência

Não: não atende plenamente a exigência

Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO <u>COMUM</u> A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo? ²	Resposta <i>Sim</i>	-
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? ³	Resposta <i>Sim</i>	14
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? ⁴	Resposta	11
Consta documento de formalização de demanda? ⁵	Resposta	65

Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? ⁶	Resposta <i>sim</i>	15
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? ⁷	Resposta <i>sim</i>	40
Há Estudo Técnico Preliminar? ⁸	Resposta	58
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? ⁹	Resposta <i>sim</i>	58
Há Análise de Riscos? ¹⁰	Resposta <i>sim</i>	69
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento? ¹¹	Resposta <i>N/A</i>	-
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? ¹²	Resposta <i>N/A</i>	-
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? ¹³	Resposta <i>sim</i>	
Há termo de referência? ¹⁴	Resposta <i>sim</i>	45
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? ¹⁵	Resposta <i>sim</i>	-
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Resposta <i>sim</i>	45
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? ¹⁶	Resposta <i>sim</i>	-
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada? ¹⁷	Resposta <i>sim</i>	22
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?	Resposta <i>sim</i>	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? ¹⁸	Resposta <i>sim</i>	39
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários? ¹⁹	Resposta <i>sim</i>	-

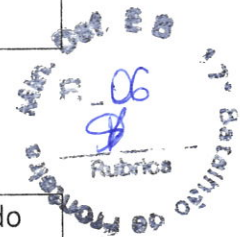
Min. Del. F. 04
Rubrica
1º Gabinete de Trabalho

Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? ²⁰	Resposta	
Houve a autorização da autoridade competente? ²¹	Resposta	
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade? ²²	Resposta	

Min. Del. E. O.
05
Rúbrica
1º Cartão de Controle

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2B – VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14133/21?	Resposta sim	-
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa, tudo em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021? ²³	Resposta sim	17
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração? ²⁴	Resposta N/A	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro? ²⁵	Resposta sim	17
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa? ²⁶	Resposta sim	23
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do	Resposta N/A	44

extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)? ²⁷		
Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento? ²⁸	Resposta <i>sim</i>	<i>44</i>



LISTA DE VERIFICAÇÃO 3B - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL POR INEXIGIBILIDADE OU POR DISPENSA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização? ²⁹	Resposta <i>sim</i>	<i>44</i>
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? ³⁰	Resposta <i>sim</i>	<i>44</i>
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? ³¹	Resposta <i>sim</i>	-
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? ³²	Resposta <i>N/A</i>	

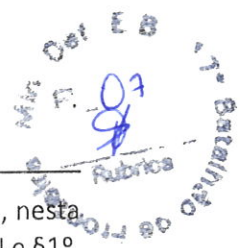
¹ ON AGU 69/2021: “Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, E § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

² Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”

³ Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

⁴ Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

⁵ O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação



no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

⁶ Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, incluindo os incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

⁷ Art. 18 da Lei 14133/21

⁸ Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21

⁹ Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

¹⁰ Art. 72, I da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto que esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

¹¹ Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A dispensa dos Estudos Técnico Preliminares está condicionada à juntada aos autos de justificativa, demonstrando, por exemplo, que a elaboração do documento é incompatível com a urgência da contratação.

¹² Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

¹³ Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21

Obs.: Recomenda-se a consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

¹⁴ Art. 72, I, da Lei 14133/21

¹⁵ Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas

¹⁶ Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas

¹⁷ Art. 72, IV, da Lei 14133/21; art. 5º, IV e §1º, da IN Seges 67/21

¹⁸ Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000".

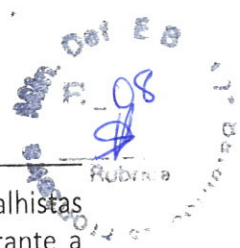
¹⁹ Art. 72, V, da Lei 14133/21.

Obs. 1: Segundo o §4º do art. 91 da Lei 14133/21, é essencial que sejam atendidos os seguintes requisitos: "Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Lista de Verificação de Contratações Diretas – Lei 14.133/21

Atualização: Junho/2022



(Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.” A regularidade fiscal federal; a regularidade perante a Seguridade Social; a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; a regularidade trabalhista; a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e a ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão, podem ser verificadas mediante consulta nos seguintes endereços, sem prejuízo de outras consultas julgadas relevantes:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (art. 91, §4º, da Lei 14133/21).

²⁰ Art. 6º, III, da Lei nº 10.522/02. Obs.: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.

²¹ Art. 72, VIII, da Lei 14133/21 c/c art. 5º, VIII e §2º, da IN nº 67/2021

²² Art. 82, §6º, da Lei 14133/21; art. 4º, IV, da IN SEGES 67/2021

²³ Art. 72, II e VII, e art. 23 da Lei 14133/21; art. 7º, §4º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021

²⁴ Art. 72, II e VII, e art. 23, §4º, da Lei 14133/21; art. 7º, §1º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021

²⁵ Art. 75, §1º, da Lei 14133/21

²⁶ Art. 75, §3º, da Lei 14133/21; art. 6º da IN Seges nº 67/21.

²⁷ art. 75, §4º, da Lei 14133/21

²⁸ art. 75, §4º, da Lei 14133/21

²⁹ Art. 47, I, da Lei 14133/21

³⁰ Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21

³¹ Art. 48 da Lei 14133/21

³² Art. 49 da Lei 14133/21

- do 6º B Intlg Mil (Campo Grande-MS), o Cel ART (0113986749) LUIS RICARDO AGUIAR;

- do Nu 1º B Intlg Mil (Porto Alegre-RS), o Cel CAV (0111609749) LUIZ ADOLFO SODRÉ DE CASTRO JUNIOR;

- do CPOR / PA (Porto Alegre-RS), o Cel CAV (0195457338) GUSTAVO MONTENRO MUNIZ COSTA;

- do CPOR / RJ (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel COM (0114796147) MARCELINO HADDAD AQUINO CARNEIRO;

- do CLADEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0113972046) ANGELO ANDRÉ DA SILVA;

- do C Id Ex (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0317957546) FABIANO SIMON;

- do CPAEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0195199633) GUSTAVO TORRES FERNANDES;

- do AHEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0111543641) DAVID DA SILVA MEZAVILA;

- do IPCFEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel ART (0111567244) RAFAEL SOARES PINHEIRO DA CUNHA;

- do BCSV/ESA (Três Corações-MG), o Ten Cel INF (0419660741) ROGÉRIO PREVATO MOREIRA ORBE;

- do AGR (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Mec Armt (0115394942) JUACY ADERALDO MENEZES;

- do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba-PF), o Ten Cel QMB (0114833148) MARCELO VANNI;

- do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador-BA), o Cel QMB (0113981641) ANTONIO D'ALMEIDA JUNIOR;

- do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife-PE), o Ten Cel QEM Met (0420069247) MARCEL PASSOS ZYLBERBERG;

- do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus-AM), o Ten Cel QMB (0419835848) KLEIDSON GOMES PANTALEÃO;

- do CKO / 2ª RM (São Paulo-SP), o Ten Cel QEM FC (0115422347) CLOVIS JESUS DE SOUZA;

- do CRO / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel QEM FC (0114815046) JOSÉ LUIS OLIVEIRA DE MAGALHÃES JUNIOR;

- do CRO / 8ª RM (Belém-PA), o Cel QEM EL (0114575442) RENATO BAGATELLI;

- do 2º CGEO (Brasília-DF), o Cel COM (0113995146) GLAUBER JUAREZ SASAKI ACACIO;

- do 3º CGEO (Olimpia-PE), o Ten Cel QEM Cart (0115411746) RODRIGO WANDERLEY DE CERQUEIRA;

- do 4º CGEO (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Cart (0115392847) CARLOS ALBERTO PIRES DE CASTRO FILHO;

- do B Adm Curado (Recife-PE), o Cel ENG (1010353041) FRANCISCO JOSE DE MOURA;

- do B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre-RS), o Cel INF (112651044) RICARDO PRADO DO MONTE;

- do B Adm Ap/5ª RM (Curitiba-PR), o Cel INF (0113990543) AGNELO ALBERTO PERES MOREIRA;

- do B Ap R Bauru (Bauru-SP), o Ten Cel INF (0113964043) EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS;

- do B Ap R Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP), o Cel INF (1162657237) ALTAIR DE ASSUMPÇÃO BARBOZA FILHO;

- do B Adm / CComGEx (Brasília-DF), o Cel ART (0195934732) DIEGO SIMÕES DOS REIS DA COSTA;

- do B Adm Bda Inf Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Cel INF (0203894647) ALBERTO MAGALHÃES NASCIMENTO;

- do CGEA (Petrópolis-RJ), o Cel INF (0111572145) FLORY FERNANDES FRANÇA JUNIOR;

- do Cral Ex (Brasília-DF), o Cel INF (1127008546) CLAUBERT SANTOS DE REZENDE;

- do H Mil A CAMPO GRANDE (Campo Grande-MS), o Cel MED (1138687049) CLAUDIA LIMA GUSMÃO CACHO;

- do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre-RS), o Cel MED (0166418020) CARLA LOBO LOUREIRO;

- do H Mil A RECIFE (Recife-PE), o Cel MED (0925856544) HAILTON ANTONIO CASARA CAVALCANTE;

- do H Ge CURITIBA (Curitiba-PR), o Cel MED (0434041141) RUY TERRA FILHO;

- do H Ge FORTALEZA (Fortaleza-CE), o Ten Cel MED (1028732541) PEDRO LEOPOLDO ROUQUAYROL;

- do H Ge RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel MED (0114769342) SAMUEL ARIEL;

- do H Gu FLORIANÓPOLIS (Florianópolis-SC), o Ten Cel MED (0130591548) SAVIO REDEY DE SOUZA;

- do H Gu NATAL (Natal-RN), o Ten Cel MED (0114763048) ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL;

- do H Gu PORTO VELHO (Porto Velho-RO), o Cel MED (0149248528) SÉRGIO RICARDO LOBO LOUREIRO;

- do H Gu S G CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel MED (0131308249) ORLANDO GONÇALVES DA FONSECA JUNIOR;

- do H Gu TABATINGA (Tabatinga-AM), o Cel INF (0203932041) ROBERVAL DE ALMEIDA;

- do H Gu SANTIAGO (Santiago-RS), o Ten Cel DENT (0317614741) SÉRGIO EDUARDO MESQUITA ZANINI;

- do Pcin MPV (Rio de Janeiro-RJ), o Cel MED (0318593845) SÉRGIO LUIS HAMMES;

- do Pcin MRJ (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel MED (0130959943) ANA PAULA VILA NOVA CÂMARA SALIM SAKER;

- do LQFEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel FARM (0113884043) ANDERSON BERENGUER;

- do CIB (Butiá-RS), o Cel INF (1275448338) ANSELMO CARDOZO NUNES;

- do CIMNC (Recife-PE), o Cel ART (1192706737) RODRIGO DE ARAÚJO LIRA NASCIMENTO;

- do Coud Rincão (São Borja-RS), o Ten Cel CAV (0113995849) JEFFERSON COSTA GOMES JUNIOR.

Gen Ex TOMÁS MIGUEL MENÉZES RIBEIRO PAIVA

PORTARIA - C EX Nº 743, DE 7 DE JUNHO DE 2023

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve:

ADMEAR, por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das Organizações Militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

- do 17º BIS (Tefé-AM), o Ten Cel INF (0623145745) BRUNO RODRIGO DE SOUZA ROSA;

- do 50º BIS (Imperatriz-MA), o Ten Cel INF (0130880248) CARLOS HENRIQUE LEITE DE SOUZA;

- do 51º BIS (Altamira-PA), o Ten Cel INF (1126605441) FABRICIO LINO ROSA;

- do 52º BIS (Marabá-PA), o Ten Cel INF (0858821036) LUIS HENRIQUE CETRANGOLO DÓREA;

- do 53º BIS (Itaituba-PA), o Ten Cel INF (0130238343) HUMBERTO IVAR RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JUNIOR;

- do 54º BIS (Humaitá-AM), o Ten Cel INF (0133540446) RONAY SOUZA DINIZ;

- do Cmdo Fron SOLIMÕES / 8º BIS (Tabatinga-AM), o Ten Cel INF (0130279946) ADELINO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO JÚNIOR;

- do Cmdo Fron AMAPÁ / 34º BIS (Macapá-AP), o Ten Cel INF (0130298342) WILLIAM ANTONIO MIRANDA SILVA;

- do Cmdo Fron JURUA / 61º BIS (Cruzeiro do Sul-AC), o Ten Cel INF (0114831340) GUSTAVO MOREIRA MATHIAS;

- do Cmdo Fron JAURU / 66º BI Mtz (Cáceres-MT), o Ten Cel INF (0130281942) ALEX JESUS SOARES;

- do 17º B Fron (Corumbá-MS), o Ten Cel INF (0195430838) FABIANO DA SILVA CARVALHO;

- do 1º BI Mec (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0195292032) IGOR DOS SANTOS LEITE;

- do 2º BIL (São Vicente-SP), o Ten Cel INF (0130288640) LEANDRO CASTRO DE GOES MARTINS;

- do 4º BIL (Osasco-SP), o Ten Cel INF (0130296940) LEONARDO KUWABARA;

- do 5º BIL (Lorena-SP), o Ten Cel INF (0130288442) JOÃO BÓSCO REIS CESTARO;

- do 6º BIL (Caçapava-SP), o Ten Cel INF (0196409239) LUIS FERNANDO HILGENBERG JUNIOR;

- do 7º BIL (Santa Cruz do Sul-RS), o Ten Cel INF (1182856730) ORLANDO MATTOS SPARTA DE SOUZA;

- do 10º BIL Mth (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel INF (0114802945) EDUARDO AUGUSTO MONTELLA DE CARVALHO;

- do 11º BI Mth (São João del-Rei-MG), o Ten Cel INF (1127128542) GUSTAVO TIYODI NAKASHIMA;

- do 12º BIL Mth (Belo Horizonte-MG), o Ten Cel INF (0114833940) MURILO ALBIERO;

- do 13º BIL (Ponta Grossa-PR), o Ten Cel INF (0114805443) JOSÉ FERREIRA DE ARAUJO NETO;

- do 15º BI Mtz (João Pessoa-PB), o Ten Cel INF (0194419438) RAFAEL JOSÉ VIEIRA BARRETO;

- do 16º BI Mtz (Natal-RN), o Ten Cel INF (0130535446) EULER DE PAULA GOMES;

- do 18º BI Mtz (Senouca do Sul-RS), o Ten Cel INF (0318015740) IVAN WERBERICH;

- do 19º BC (Salvador-BA), o Ten Cel INF (0130286545) LEONARDO JOSÉ LINS;

- do 23º BC (Fortaleza-CE), o Ten Cel INF (0114811649) ALISSON ALENCAR DAVID;

- do 23º BI (Blumenau-SC), o Ten Cel INF (0925747248) ANTONIO FERNANDO ADORNO COSSA;

- do 26º BI Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0113416945) DOUGLAS DOS SANTOS LEITE;

- do 27º BI Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0419836044) ODOMIAS PERICLES ALVES;

- do 28º BC (Araçá-SE), o Ten Cel INF (0130292741) RICARDO PEREIRA BARRETO;

- do 35º BI (Feira de Santana-BA), o Ten Cel INF (1010727848) CRISTIANO GARCIA GUEDES;

- do 38º BI (Vila Velha-ES), o Ten Cel INF (0130284946) THIAGO GARCIA PEREIRA;

- do 57º BI Mtz (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0114817448) RAFAEL LANDSKRON BATISTA;

- do 62º BI (Joinville-SC), o Ten Cel INF (0114791742) ANDRÉ LUIZ DO NASCIMENTO CABRAL;

- do 63º BI (Florianópolis-SC), o Ten Cel INF (0138815743) LUIS HENRIQUE VIGHI TEIXEIRA;

- do 71º BI Mtz (Garanhuns-PE), o Ten Cel INF (0130568249) WALKER LOPES LIMA;

- do 72º BI Caat (Petrópolis-PE), o Ten Cel INF (0130540347) RODRIGO EUGENIO DE PAIVA;

- do BPEB (Brasília-DF), o Ten Cel INF (0827506543) CARLOS AUGUSTO DA SILVA NETO;

- do 2º BPE (Osasco-SP), o Ten Cel INF (0130537947) MARCELO AFRONSO COSTA;

- do 6º BPE (Salvador-BA), o Ten Cel INF (0196110639) RODRIGO CADILHE DE ALMEIDA CHIAKATO;

- do 7º BPE (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0130538644) VINICIUS VASCONCELOS DE OLIVEIRA;

- do 8º BPE (São Paulo-SP), o Ten Cel INF (0114797145) MÁRIO IVO DE LIMA FORTE;

- do 9º BPE (Campo Grande-MS), o Ten Cel INF (0724902747) CLEBERSON ANDRÉ D' AQUINO OLIVEIRA;

- do 11º BPE (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0114829641) CASSIUS RICARDO SOUZA CAETANO;

- do CIBid (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (0114791049) ALEXANDRE CHECHELISKI;

- do 1º RCC (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (0130594445) LUIZ GUSTAVO DE PAIVA LOPES;

- do 3º RCC (Ponta Grossa-PR), o Ten Cel CAV (0130300841) RENATO GRILLO DE CARVALHO;

- do 3º RC Mec (Bagé-RS), o Maj CAV (0318476249) CARLOS EURICO ALENCAR TEIXEIRA BRANDÃO;

- do 6º RCB (Alegrete-RS), o Maj CAV (0332016740) CARLOS ARTUR CESTARI CORRÊA DA CUNHA;

- do 7º RC Mec (Santana do Livramento-RS), o Maj CAV (0216474544) LUCIANO DA COSTA DUTRA;

- do 10º RC Mec (Bela Vista-MS), o Ten Cel CAV (0130911647) KLEBER YAÑEZ DO NASCIMENTO;

- do 11º RC Mec (Ponta Porã-MS), o Maj CAV (0196874937) ALEXANDRE LEPRÍ DE MEDEIROS;

- do 12º RC Mec (Jaguarão-RS), o Maj CAV (0216485045) JOÃO MAURÍCIO PASSUELO ZANNETTE;

- do 13º RC Mec (Pirassununga-SP), o Ten Cel CAV (0130283047) RODRIGO CARLOS DE MEDEIROS;

- do 15º RC Mec (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel CAV (0130285349) RAFAEL DE MATOS FALCÃO;

- do 15º RC Mec (Bayeux-PB), o Ten Cel CAV (0196388136) DIEGO PEREIRA PEDRA;

- do 1º RCG (Brasília-DF), o Ten Cel CAV (0318535341) EDUARDO SCHLUP;

- do 1º GAC SI (Marabá-PA), o Ten Cel ART (0130894041) JOEL HENRIQUE FONSECA DE ÁVILA;

- do 2º GAC L (Itu-SP), o Ten Cel ART (0521545343) MARCELUS ARMINDO RIBEIRO NOGUEIRA;

- do 3º GAC AP (Santa Maria-RS), o Ten Cel ART (0130570948) FLAVIO HENRIQUE DO NASCIMENTO;

- do 3º GAC AP (Curitiba-PR), o Ten Cel ART (0130299449) CARLOS ROBERTO PAULONI;



Em consequência: S Cmt, S1, Cmt 1ª Cia Fuz e os demais interessados tomem conhecimento e as providências cabíveis.

(Nota nº 115220, de 8 de dezembro de 2023, da(o) 1ª Cia Fuz)

3) FÉRIAS - Concessão

Concedi 30 (trinta) dias de férias relativas do ano de 2022, acrescido de 2 (dois) dias de deslocamento, a contar de 07 DEZ 23, de acordo com o inciso I do § 1º, § 4º e § 5º do Art. 451 do RISG, devendo apresentar-se pronto para o serviço em 08 JAN 24.

Cb EP ANISIO ERROBIDART LEITE
Cb EP ISMAEL BARROS DE ARRUDA
Sd EP RENAN LUIZ GALVÃO PAZ
Sd EP ELIEZER CAMPOS DOS SANTOS
Sd EP MATEUS DOS SANTOS LEITE
Sd EP JEFERSON DE LIMA DA SILVA

Em consequência: SCmt, S1, Cmt CEF/3ª Cia e os demais interessados tomem conhecimento e as providências cabíveis.

(Nota nº 115225, de 11 de dezembro de 2023, da(o) Cmdo)

4) APRESENTAÇÃO - Por término de férias

Apresentou-se em 08 Dezembro 23, por término de férias relativas ao ano de 2022 e estar pronto para o serviço.

Sd EP JODENIR PEDROSO SILVA

Em consequência: O SCmt, S1, Cmt 2ª Cia Fuz e os demais interessados tomem conhecimento e as providências cabíveis.

(Nota nº 115240, de 11 de dezembro de 2023, da(o) 2ª Cia Fuz)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. Designação de Função

Designado como Ordenador de Despesas do 17º Batalhão de Fronteira a contar do dia 7 DEZ 23.

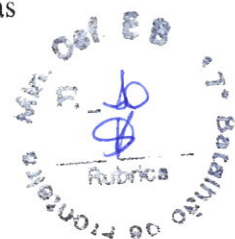
Ten Cel FABIANO DA SILVA CARVALHO

Em consequência: o S Cmt, S1, e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

(Nota nº 115217, de 8 de dezembro de 2023, da(o) Cmdo)

b. ALTERAÇÕES DE SUBTENENTES E SARGENTOS

PASSAGEM DE FUNÇÃO



160145	2024NE000239	11/06/2024	Maj BRYANN	2º Sgt ROBSON PEREIRA
160145	2024NE000240	11/06/2024	Maj BRYANN	2º Sgt ROBSON PEREIRA
160145	2024NE000241	11/06/2024	Maj BRYANN	2º Sgt ROBSON PEREIRA
160145	2024NE000242	12/06/2024	Maj BRYANN	2º Sgt ROBSON PEREIRA
160145	2024NE000243	12/06/2024	Maj BRYANN	2º Sgt ROBSON PEREIRA
160145	2024NE000244	12/06/2024	2º Ten TOLEDO	2º Sgt OLIVEIRA
160145	2024NE000245	17/06/2024	Asp GUERRA	3º Sgt ROQUE FERREIRA
160145	2024NE000246	17/06/2024	Maj BRYANN	2º Sgt ROBSON PEREIRA
160145	2024NE000247	17/06/2024	Maj BRYANN	2º Sgt ROBSON PEREIRA
160145	2024NE000248	19/06/2024	Asp GUERRA	3º Sgt ROQUE FERREIRA
160145	2024NE000249	19/06/2024	Maj BRYANN	2º Sgt ROBSON PEREIRA

Em consequência:

- 1 - O responsável pela NE deverá comparecer à SALC para retirar a Nota de Empenho;
- 2 - De posse da NE o responsável deverá, no mais curto prazo de tempo, remetê-la ao fornecedor e notificá-lo para entrega do material/serviço;
- 3 - Após findados 30 (trinta) dias da ciência da NE pelo fornecedor, o responsável deverá procurar o Fiscal Administrativo a fim de receber orientações sobre a conduta a ser adotada;
- 4 - Por fim, os militares interessados, Fiscal Administrativo e SALC tomem as devidas providências necessárias.

2) EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - DESIGNAÇÃO

O Cel **FABIANO DA SILVA CARVALHO**, Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas pelo BI Nr 222, de 11/12/2023, do 17º B Fron, tendo em vista o que determina o Art. 18, da Lei nº 14.133/2021 e as Instruções Normativas nº 5, expedida em 26 de maio de 2017, pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nº 40, de 22 de maio de 2020, nº 40, de 30 de junho de 2020 e nº 58, de 08 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, RESOLVE:

1) Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação de Dispensa de Licitação para o ano de 2024 (contratação de serviço e aquisição de material), fundamentados no Art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2) Designar os militares abaixo relacionados, para, sob a chefia do primeiro, constituírem a Equipe especificada no artigo precedente:

Chefe da Equipe: **HOSTINIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS** - 1º Sgt

Membro da Equipe: **ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS** - 2º Sgt

3) A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

4) Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

1º Sgt **HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS**
CHEFE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

2º Sgt **ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS**
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO



Em consequência: A SALC e demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

c. ALTERAÇÕES DE OFICIAIS

LICENCIAMENTO DE OFICIAL TEMPORÁRIO - Por este Cmdo

Licencio "ex-officio" e excluo do estado efetivo do Batalhão, a contar de 25 JUN 24, por término de prorrogação de tempo de serviço, de acordo com o inciso II, do Art. 169, das Normas Técnicas para a Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009), 1ª Edição, 2012, aprovadas pela Port Nr046-DGP, de 27 MAR 12 e alterada pela Port nº 11-DGP, de 22 JAN 14.

TEMPO TOTAL DE EFETIVO SERVIÇO

O militar possui 00a 07m 10d (ZERO ANO SETE MESES E DEZ DIAS) relativos a tempo escolar passado em Órgão de Formação de Oficiais da Reserva (OFOR), 00a 03m 10d (ZERO ANOS TRÊS MESES E DEZ DIAS) relativos ao Estágio de Instrução e Preparação para Oficiais Temporários (EIPOT) e 07a 00m 01d (SETE ANOS ZERO MÊS E UM DIA) prestado no 17º Batalhão de Fronteira/Corumbá-MS, TOTALIZANDO 07a 10m 21d (SETE ANOS DEZ MESES E VINTE E UM DIAS) de tempo total de efetivo serviço.

1º Ten **LUCAS ALVES DE SOUZA**

Em consequência:

- A Sect providencie a entrega da Certidão de Situação Militar, e as folhas de alterações do 2º Semt/23 e 1º Semt/24, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar desta publicação, e remeta todas as folhas de alterações do militar à 9ª RM;
- Ch SPP providencie o ajuste de contas;
- S1 providencie a atualização no SERMILWEB/SiCaPEX e informe o escalão superior; e
- S Cmt, EM e demais interessados tomem conhecimento e devidas providências.

(Nota nº 119942, de 25 de junho de 2024, da(o) S 1)

d. ALTERAÇÕES DE SUBTENENTES E SARGENTOS

1) APRESENTAÇÃO - Por término de instalação

Apresentou-se, em 21 JUN 24, por término de instalação e estar pronto para o serviço.

3º Sgt **CARLOS ROBERTO XAVIER VIANA JUNIOR**



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO



DIEEx Nr 75 – CIOpPan/17º B Fron
EB: 64055.004828/2024-60

Corumbá-MS, 25 de junho de 2024.

Do Chefe da equipe de planejamento

Ao Sr Fiscal Administrativo

Assunto: Solicitação de abertura de processo de dispensa de licitação para contratação de empresa especializada em serviço de rastreamento satelital.

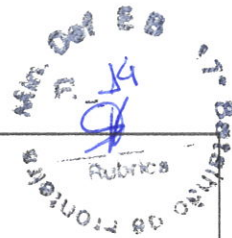
Anexos: - Formalização da Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Relatório de Pesquisa de Preços;
- Pesquisa de preço;
- Gerenciamento de Riscos da Contratação
- Termo de Referência/Projeto Básico;

1. Solicito que seja verificada a possibilidade de realizar a abertura de processo de dispensa de licitação para contratação de empresa especializada em serviço de rastreamento satelital.

2. Ressalto que foram feitas várias tentativas para localizar uma Ata de Registro de Preços vigente e que permita a Adesão, porém sem sucesso.

3. Ressalta a importância e urgência para a contratação do serviço em tela, tendo em vista a descentralização de crédito pelo DECEX e a necessidade dos equipamentos SPOT X e SPOT GEN 3 estarem funcionando para apoiar deslocamentos em áreas isoladas no Pantanal.

HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS – 1º Sgt
Chefe da equipe de planejamento



DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO

1. Aprovo a abertura de dispensa de licitação para a contratação dos serviços solicitados.
2. Submeter à apreciação do Ordenador de Despesas.

Em 25 de junho de 2024.

GABRIEL PIMENTEL MACHADO DOS SANTOS – Maj
Fiscal Administrativo do 17º Batalhão de Fronteira

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

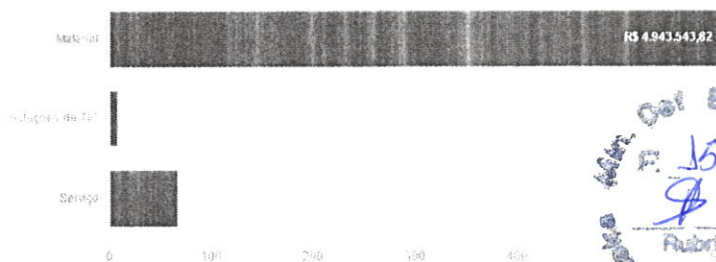
1. Autorizo a abertura de dispensa de licitação para a contratação dos serviços solicitados;
2. Seja adotada para o processo em tela a forma em papel, haja vista o SPED 3.0 estar ainda em fase de teste para tramitação de processos eletrônicos;
3. Ratifico as justificativas da necessidade do objeto; e
4. A SALC providencie as medidas administrativas legais necessárias;

Em 25 de junho de 2024.

FABIANO DA SILVA CARVALHO – Cel
Ordenador de Despesa do 17º B Fron

Valor Total Estimado e Qtde de itens por Categoria

Valor Total estimado (R\$) 196.250,00 = 25,33



Material

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado	Data desejada
6506	DROGAS E MEDICAMENTOS	160145-90025/2023	RS 23.130,00	20/12/2024
6507	GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS	160145-90040/2023	RS 151.256,00	17/04/2024
7040	EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS	160145-90037/2023	RS 89.000,00	20/12/2024
7030	EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCÊNDIO	160145-90032/2023	RS 75.000,00	20/12/2024
1500	AERONAVES TELEGUIADAS	160145-90017/2023	RS 40.000,00	30/12/2024
8345	BANDEIRAS, FLAMULAS E PAVILHÕES	160145-90013/2023	RS 10.000,00	20/12/2024
8405	EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS	160145-90058/2023	RS 544,20	01/04/2024
8406	EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS	160145-90058/2023	RS 87,00	01/04/2024
9300	PRODUTOS DIVERSOS NÃO METÁLICOS	160145-90058/2023	RS 2.556,34	01/04/2024
9301	PRODUTOS DIVERSOS NÃO METÁLICOS	160145-90058/2023	RS 1175,00	01/04/2024

Page 5

Services de TIC

ID do item no PCA :	Classe/Grupo :	Identificador da Futura Contratação :	Valor total estimado	Data desejada :
453	7000 - COMPUTADORES	160145-90081/2023	R\$ 53.700,00	20/12/2024
454	7020 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES	160145-90081/2023	R\$ 75.000,00	20/12/2024
455	7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES	160145-90081/2023	R\$ 10.000,00	20/12/2024
456	7010 - COMPUTADORES	160145-90081/2023	R\$ 21.580,00	20/12/2024
457	6010 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO	160145-90081/2023	R\$ 15.000,00	20/12/2024
458	7040 - IMPRESSORAS	160145-90081/2023	R\$ 15.160,00	20/12/2024
459	6090 - SISTEMAS DIVERSOS DE SINALIZAÇÃO, ALARME E DETECÇÃO PARA SEGURANÇA	160145-90081/2023	R\$ 2.610,00	20/12/2024
461	142 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	160145-90076/2023	R\$ 4.400,00	20/12/2024
462	143 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA	160145-90078/2023	R\$ 67.000,00	20/12/2024

Summary

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado	Data desejada
-------------------	--------------	-------------------------------------	----------------------	---------------

134	811 - SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS ATRAVÉS DE TUBULAÇÃO	160145-90019/2023	RS 700.000,00	20/12/2024
135	811 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (SMPE) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	160145-90022/2023	RS 25.000,00	20/12/2024
136	812 - SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA ATRAVÉS DE TUBULAÇÃO	160145-90018/2023	RS 410.000,00	20/12/2024
137	813 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS	160145-90074/2023	RS 41.000,00	20/12/2024
138	814 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	160145-90056/2023	RS 25.000,00	20/12/2024
139	814 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	160145-90056/2023	RS 10.000,00	20/12/2024
140	814 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	160145-90056/2023	RS 17.000,00	20/12/2024
141	812 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS	160145-90057/2023	RS 81.000,00	01/03/2024
142	812 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS	160145-90053/2023	RS 600,00	20/12/2024
143	814 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	160145-90079/2023	RS 50.000,00	20/12/2024



PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800.978.9001

PARCEIROS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS/NOTA TÉCNICA
(Processo NUP 64055.004828/2024-60)

O presente relatório foi resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21, no seu Art. 23, em conformidade ainda com as Instruções Normativas nº 65, de 7 de julho de 2021 da secretaria especial de desburocratização, gestão e governo digital do ministério da economia e alterações, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

I. OBJETO DA PESQUISA: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, do serviço de rastreamento portátil, incluindo serviços de ajuda, SOS, Check in, siga-me, SMS, mensagem customizada, com rastreamento de 10 em 10 minutos pelo período de 12 meses (taxa de ativação inclusa). Equipamento de referência Spot Gen 4, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

II. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTE CONSULTADAS: Os preços estão caracterizados no mapa comparativo e foram retirados das seguintes fontes:

- (X) I - **composição de custos unitários menores ou iguais à mediana** do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- (X) II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de **1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços**, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- () III - dados de pesquisa publicada em **mídia especializada**, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de **até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital**, contendo a data e a hora de acesso;
- () IV - pesquisa direta com, **no mínimo, 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa

da escolha desses fornecedores e que **não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;** e

() V - pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas**, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no **período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital**, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

III. METODOLOGIA ESTATÍSTICA APLICADA PARA DEFINIÇÃO DO VALOR E SUA JUSTIFICATIVA:

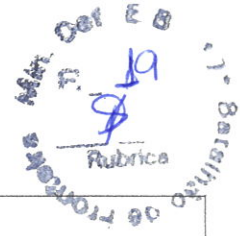
ITEM	MÉTODO	JUSTIFICATIVA
1	MEDIANA	Maior proximidade com o valor praticado no mercado.

IV. FONTE DE DADOS: pesquisas com correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painei de Preços

V. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é **R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)**, conforme memória de cálculo abaixo:

ITEM 1 - Serviço de rastreamento pessoal e pacote de mensagem personalizada ilimitada, serviço Geo (SOS), contendo no mínimo as funções: AJUDA (HELP), CHECK IN ilimitadas e rastreio básico com intervalos de 5, 10, 30 e 60 minutos, assinatura básica anual pelo período de 12 meses por aparelho/equipamento (SPOT Gen 3) e (SPOT X).				
Fonte	Preço (R\$)	Validade da Pesquisa	Caracterização	Justificativa em caso de desconsiderar valor cotado
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.299,00	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	-	-
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.299,00	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	-	-
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.300,00	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	-	-
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.3000	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	-	-
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.300,00	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	-	-
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.350,00	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	Valor acima da mediana	Valor acima da mediana
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.395,00	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	Valor acima da mediana	Valor acima da mediana



Preços do compras.gov.br		I, IN 65/2021		
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.418,00	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	Valor acima da mediana	Valor acima da mediana
Pesquisa de Preços do compras.gov.br	R\$ 1.707,96	Conforme Art 5º, Inc I, IN 65/2021	Valor acima da mediana	Valor acima da mediana
Preços Considerados para cálculo do Valor de Referência do item				
Ordem	Valor R\$	Metodologia Estatística Aplicada		Valor de referência (R\$)
Preço 1	R\$ 1.299,00	Mediana		R\$ 1.300,00
Preço 2	R\$ 1.299,00			
Preço 3	R\$ 1.300,00			
Preço 4	R\$ 1.300,00			
Preço 5	R\$ 1.300,00			

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

VI. DOCUMENTOS QUE DÃO SUPORTE A MEMORIÁ DE CÁLCULO: a documentação comprobatória das pesquisas, encontra-se em anexo a este relatório.

VII. AGENTE(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA PESQUISA: A presente pesquisa de preços foi conduzida pelo 2º Sgt Robson Pereira Santos de Moraes.

Corumbá, MS, 25 de junho de 2024.


HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS – 1º Sgt
Chefe da equipe de planejamento

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas



Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
173/2024	160145	Concluída	ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS

Título: PESQUISA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RASTREAMENTO SATELITAL

Observações:

Total de itens cotados: 1 Valor total da pesquisa de preços: R\$ 9.100.0000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
25410 - Serviço de rastreamento	UNIDADE	7

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 1,4364%
R\$ 1.299,0000	R\$ 1.308,0000	R\$ 1.300,0000	Desvio Padrão: 18,7883
			Maior Preço: R\$ 1.350,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	UNIDADE	R\$ 1.400,0000	21/06/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	18	UNIDADE	R\$ 1.350,0000	13/06/2024	Sim
3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 1.300,0000	12/06/2024	Sim
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	56	UNIDADE	R\$ 1.299,0000	10/06/2024	Sim
5		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 1.300,0000	23/05/2024	Sim
6		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7	UNIDADE	R\$ 1.395,0000	20/05/2024	Não
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	UNIDADE	R\$ 1.418,0000	20/05/2024	Não
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	UNIDADE	R\$ 1.300,0000	16/05/2024	Sim
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	36	UNIDADE	R\$ 1.299,0000	09/05/2024	Sim
10		DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R\$ 1.707,9600	02/05/2024	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 24/06/2024 10:29

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



SLAFI2024-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL) _____

22/04/24 12:33

USUARIO: KARINNE

DATA EMISSAO : 21Mai24 VALORIZACAO : 21Mai24 NUMERO : 2024NC001300

UG EMITENTE : 160503 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E CULTURA DO EX

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160145 / 00001 - 17 B FRON

OBSERVACAO

MTD DSP COM CAPACITACAO PROFISSIONAL MILITAR DO EXERCITO

PRazo DE EMPENHO: 31JUL24 (OS19-PLJ EXC ORÇ)

PD:DETMIL TETO



NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300063	1	232082	10000000000	339039		160503	C4ENMILCAPE	9.400,00
300063	1	232082	10000000000	449052		160503	C4ENMILCAPE	14.640,00

LANCADO POR : 07231001793 - CAP MARCELO
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

UG : 160503 21Mai24 18:23



Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

90003/2024

CONTRATANTE (UASG)

17º BATALHÃO DE FRONTEIRA

OBJETO

Contratação para serviço de rastreamento satelital, incluindo serviços de ajuda, SOS, Check in, siga-me, SMS, mensagem customizada, com rastreamento de 10 em 10 minutos pelo período de 12 meses (taxa de ativação inclusa)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.100,00

DATA DA SESSÃO

De 05/07/2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	5
3. FASE DE LANCES	7
4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
5. HABILITAÇÃO	10
8. CONTRATAÇÃO	10
9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	11
10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	13

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90003/2024



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90003/2024



(Processo Administrativo n.º 64055.004828/2024-60)

Torna-se público que o 17º BATALHÃO DE FRONTEIRA, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 05/07/2024

Horário da Fase de Lances: 08:00h às 14:00h

Link: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

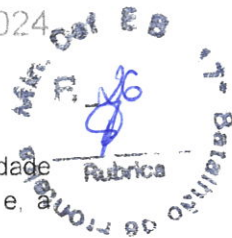
Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, do serviço de rastreamento satelital, incluindo serviços de ajuda, SOS, Check in, siga-me, SMS, mensagem customizada, com rastreamento de 10 em 10 minutos pelo período de 12 meses (taxa de ativação inclusa). Equipamento Spot Gen X e SPOT GEN 3, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços, em razão da especificidade da contratação, tendo em vista que a demanda é certa quanto à sua quantidade e, a necessidade da celeridade para a entrega do objeto contratual.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1.O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2.O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. *Para o item 1 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.2.1.*A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.2.2.*Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.*

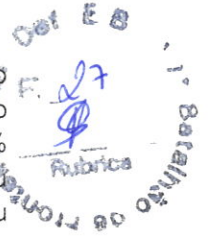
3.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.3.1.que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.3.2.estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3.que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.5. sociedades cooperativas.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90003/2024

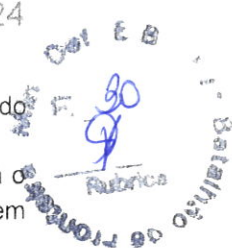


- 4.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto:
- 4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 4.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
- 4.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 4.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. FASE DE LANCES

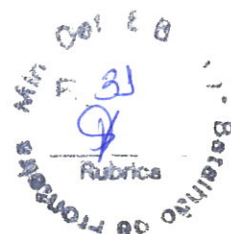
- 5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$0,01 (um centavo).
- 5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



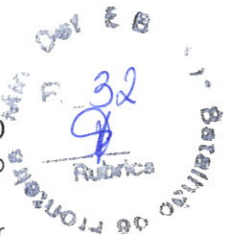
- 5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
 - 6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - 6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
 - 6.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.4.1. SICAF;
 - 6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)



- 6.6.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.6.2.O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.6.3.Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 6.8.1.contiver vícios insanáveis;
 - 6.8.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 6.8.3.apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.8.4.não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.8.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 6.9.1.for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 6.9.2.apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

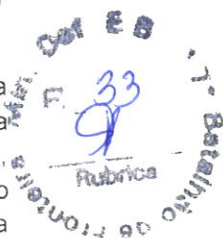


7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seces/ME nº 67, de 2021).
- 7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. CONTRATAÇÃO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.



8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

8.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90003/2024

ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.



9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §3º).

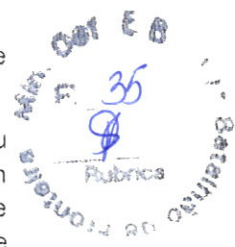
9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- 9.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

12 | 14



9.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

9.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

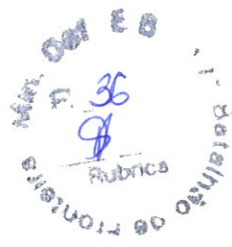
10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90003/2024



10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

10.12.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

10.12.2. ANEXO II - Planilha de Custos e Formação de Preços;

10.12.3. ANEXO III – Documento de Formalização da Demanda;

10.12.4. ANEXO IV - Matriz de Gerenciamento de Riscos.

g ub

Documento assinado digitalmente
FABIANO DA SILVA CARVALHO
Data: 01/07/2024 16:55:06-0300
Verifique em: <https://validar.dti.gov.br>

FABIANO DA SILVA CARVALHO – Cel
Ordenador de Despesas do 17º Batalhão de Fronteira



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Não será adotado o Sistema de Registro de Preços, em razão da especificidade da contratação, tendo em vista que a demanda é certa quanto à sua quantidade e, a necessidade da celeridade para a entrega do objeto contratual.

Corumbá, MS, 25 de junho de 2024.

FABIANO DA SILVA CARVALHO – Cel
Ordenador de Despesas do 17º Batalhão de Fronteira



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO



**JUSTIFICATIVA DA NÃO UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO E
POR NÃO ADOÇÃO AO MEIO DE CARTÃO DE PAGAMENTO.**

1) Trata-se de justificativa referente à não utilização do catálogo eletrônico de padronização, expressa na Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022 e a justificativa por não adoção do cartão de pagamento como forma de pagamento.

2) O procedimento de padronização está definido no art. 5º da Portaria Seges/ME nº 938, de 2022, entretanto sua utilização não cabe ao referido processo de contratação devido o item a ser contratado não constar no rol de itens divulgados no Catálogo Eletrônico de Padronização, disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3) Justifica-se a não adoção do cartão de pagamento como forma de pagamento desta contratação, devido esta Organização Militar não fazer uso desta modalidade.

Corumbá, MS, 25 de junho de 2024.

FABIANO DA SILVA CARVALHO – Cel
Ordenador de Despesas do 17º Batalhão de Fronteira



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64055.004828/2024-60

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90003/2024.

Objeto: escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, do serviço de rastreamento satelital, incluindo serviços de ajuda, SOS, Check in, siga-me, SMS, mensagem customizada, com rastreamento de 10 em 10 minutos pelo período de 12 meses (taxa de ativação inclusa). Equipamento Spot Gen X e SPOT GEN 3, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Valor estimado para a contratação: R\$ 9.100,00

Rubricas orçamentárias: Fonte de recursos DECEX: 1000000000, PTRES: 232082, FONTE: 1000000000, PI C4ENMILCAPE.

Eu, no exercício da função de Ordenador de Despesas, nos termos do § 1º do art. 80, do Decreto Lei 200/67 e dos incisos do art. 167 da CRFB/1988, bem como da Lei nº 14.133/21; e ainda do inciso II do artigo 16 e do inciso IV do art. 37, ambos da Lei Complementar 101/00, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, inclusive criminais, que a despesa que se pretende realizar – objeto, valor e rubricas orçamentárias acima – é compatível com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual, havendo efetivamente recursos financeiros para adimplir a obrigação.

Corumbá, MS, 25 de junho de 2024.

FABIANO DA SILVA CARVALHO – Cel

Ordenador de Despesas do 17º B Fron.



LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME IV

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO,
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
E MINISTÉRIOS (EXCETO MEC)

Detalhamento das Ações



Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Poder Executivo

Órgão: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA

Quadro Síntese

Código/Especificação	Empenhado 2022	PLO 2023	LOA 2023	PLO 2024	LOA 2024
Total	120.519.433.310	121.041.096.423	122.622.247.603	126.146.785.781	126.468.109.512
Programa					
0032 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	101.626.289.993	102.879.507.512	103.919.668.449	106.745.484.389	106.687.413.355
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	9.386.841	8.850.000	8.850.000	25.434.740	25.434.740
0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	35.687.722	43.580.959	43.580.959	45.653.959	45.653.959
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	1.780.944.408	3.051.435.699	3.051.435.699	2.092.917.587	2.092.917.587
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	611.388.091	614.575.383	614.575.383	614.710.878	614.710.878
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	808.405	1.077.987	1.077.987	1.186.538	1.110.226
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	1.215.882.703	1.215.882.703	1.861.859.308	2.052.598.793
6011 COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	1.647.324.368	381.620.420	917.020.103	0	0
6012 DEFESA NACIONAL	14.796.371.537	12.789.116.357	12.792.978.603	0	0
6013 OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA	11.231.946	55.449.403	57.177.717	0	0
6111 COOPERAÇÃO DA DEFESA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	0	0	0	342.485.618	1.054.079.297
6112 DEFESA NACIONAL	0	0	0	14.372.891.744	13.851.469.922
6113 OCEANO, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA	0	0	0	44.161.020	42.720.755
Funcao					
05 DEFESA NACIONAL	89.923.933.798	87.689.212.860	89.270.364.040	91.369.830.326	91.500.490.884
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	28.157.284.046	28.416.480.832	28.416.480.832	30.135.192.445	30.135.192.445
28 ENCARGOS ESPECIAIS	2.438.215.467	3.719.520.028	3.719.520.028	2.779.903.702	2.779.827.390
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	1.215.882.703	1.215.882.703	1.861.859.308	2.052.598.793
Subfuncao					
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	938.586	3.167.951	3.079.290	2.776.384	2.538.960
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	65.557.896.475	66.783.453.163	67.776.269.922	68.674.764.901	68.577.902.934
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	150.020.184	219.726.948	237.100.969	276.133.375	283.556.377
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	88.233.451	90.759.014	87.737.265	0	0
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	134.839.358	141.332.512	139.760.674	61.997.000	57.741.392
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.437.161	4.500.000	4.381.806	1.730.000	1.595.321
151 DEFESA AÉREA	6.983.840.670	5.596.118.760	5.555.440.823	6.428.973.881	6.190.286.994
152 DEFESA NAVAL	2.809.497.465	2.333.781.719	2.369.397.377	2.538.430.761	2.585.100.781
153 DEFESA TERRESTRE	3.228.861.448	3.089.182.999	3.075.934.342	3.191.653.100	2.872.048.233
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	11.068.812	12.377.261	12.096.951	12.976.203	12.008.411
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	18.458.691	29.185.938	28.216.071	29.204.316	26.804.271
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.236.615.508	5.500.000	534.400.885	1.500.000	727.095.311
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	28.157.284.046	28.416.480.832	28.416.480.832	30.135.192.445	30.135.192.445
301 ATENÇÃO BÁSICA	7.235.848.802	0	44.321.340	0	44.063.023
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	46.441.937	46.600.000	45.048.490	39.869.841	36.661.130
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	511.181	750.000	750.000	750.000	701.764
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.482.523.491	8.317.277.140	8.317.277.140	8.892.392.549	8.892.392.549
333 EMPREGABILIDADE	4.297.585	4.432.302	4.706.416	4.000.000	4.511.995
363 ENSINO PROFISSIONAL	60.532.224	65.000.000	66.067.131	79.724.981	79.882.796
364 ENSINO SUPERIOR	20.455.492	15.505.371	20.834.131	17.406.773	29.907.190
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.386.276	1.500.000	1.612.979	3.292.276	4.645.966
368 EDUCAÇÃO BÁSICA	18.953.391	21.645.508	25.371.794	19.972.139	21.427.819
482 HABITAÇÃO URBANA	70.329.397	105.291.139	105.291.139	67.797.473	65.227.052
542 CONTROLE AMBIENTAL	47.069.089	46.031.306	45.423.240	52.133.209	47.576.819
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	5.768.242	50.447.506	52.256.338	104.090.407	99.154.786
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	382.924.957	379.121.407	378.789.929	542.042.907	503.721.837
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	866.171	1.491.400	1.441.745	3.684.822	3.772.377
722 TELECOMUNICAÇÕES	50.875.222	57.500.000	55.613.204	52.837.357	48.239.412
781 TRANSPORTE AÉREO	8.100.000	0	10.000.000	0	7.801.000
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	4.084.886	4.356.812	4.211.755	4.260.000	3.912.700
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	3.751.838	300.000	4.654.190	373.302	5.149.315
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	35.687.722	43.580.959	43.580.959	45.653.959	45.653.959
844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	1.780.944.408	3.051.435.699	3.051.435.699	2.092.917.587	2.092.917.587

Detalhamento das Ações

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Órgão: 52000 MINISTÉRIO DA DEFESA

Subfuncao

846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	879.089.143	887.380.074	887.380.074	906.394.525	906.318.213
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	1.215.882.703	1.215.882.703	1.861.859.308	2.052.598.793

UO

52101	MINISTÉRIO DA DEFESA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.460.697.111	1.328.445.854	2.824.379.191	1.546.171.144	2.116.589.914
52111	COMANDO DA AERONÁUTICA	26.146.537.498	26.081.289.609	26.105.009.857	27.529.000.157	27.420.520.051
52121	COMANDO DO EXÉRCITO	52.340.617.544	52.833.418.236	52.854.815.529	54.026.273.095	53.757.659.159
52131	COMANDO DA MARINHA	29.725.100.203	31.350.595.841	31.381.690.111	32.073.055.744	32.142.913.294
52133	SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR	11.231.946	55.449.403	57.177.717	44.161.020	42.720.755
52211	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	3.750.577	13.193.170	13.193.170	15.947.092	15.947.092
52221	INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL	242.208.497	275.956.137	277.787.012	341.202.271	339.446.631
52222	FUNDAÇÃO OSÓRIO	27.954.524	26.724.013	26.500.238	29.780.727	29.467.424
52232	CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA - CCCPM	66.697.886	86.995.640	86.995.640	76.092.798	76.092.798
52233	AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A. - AMAZUL	386.678.542	351.957.131	351.867.846	434.280.255	434.134.238
52901	FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	2.651.492	5.235.418	5.235.418	5.483.080	5.483.080
52902	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	259.118.118	264.945.954	262.741.635	275.650.361	270.907.065
52903	FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	7.756.924	21.860.973	21.860.973	20.364.277	20.364.277
52911	FUNDO AERONÁUTICO	4.627.330.626	3.996.556.275	3.977.347.668	4.458.102.208	4.383.538.199
52921	FUNDO DO EXÉRCITO	2.505.784.162	2.502.310.600	2.502.310.600	2.628.065.884	2.625.974.014
52931	FUNDO NAVAL	1.644.785.437	1.646.210.401	1.672.316.099	2.381.868.981	2.521.507.685
52932	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO	60.532.224	199.951.768	201.018.899	261.286.687	264.843.836

GND

1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	92.881.219.835	94.605.323.481	94.605.323.481	98.413.168.897	98.413.168.897
2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	591.840.332	1.155.759.295	1.155.759.295	851.510.481	851.510.481
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.673.978.336	14.692.841.950	15.024.809.688	15.697.536.406	15.581.863.557
4	INVESTIMENTOS	10.118.651.462	7.412.881.631	8.662.203.244	8.279.805.442	8.526.095.667
5	INVERSOES FINANCEIRAS	28.951.548	19.150.000	19.011.829	11.445.911	11.412.781
6	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.224.791.798	1.939.257.363	1.939.257.363	1.287.061.065	1.287.061.065
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	1.215.882.703	1.215.882.703	1.606.257.579	1.796.997.064

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
1000	86.169.628.741		9.053.162.289	4.206.166.659	1.256.699			99.430.214.388
1002	2.339.022.349							2.339.022.349
1005			2.267.086.510	88.195.112				2.355.281.622
1009			971.221	95.806			11.007.802	12.074.829
1021			39.170.587	25.829.413			20.952.932	85.952.932
1023	9.322.426.222							9.322.426.222
1049			17.425.316					17.425.316
1050	91.260.656	5.454.932	3.452.328.880	1.225.310.771	10.156.082	40.199.027	39.684.710	4.864.395.058
1051				16.667.468			8.106.773	24.774.241
1052			20.424.158	2.780.446			207.739.037	230.943.641
1056	490.830.929							490.830.929
1063			189.242.736	20.757.264			13.536.149	223.536.149
1077			13.098.066	1.164.066.628			1.066.407.873	2.243.572.567
1081			5.022.648	1.970.921			84.826.431	91.820.000
1090			1.415.240				17.619.586	19.034.826
1115			106.075.325	42.679.547			327.115.771	475.870.643
1123			416.440.581	24.000.000				440.440.581
1443						1.246.862.038		1.246.862.038
1444		846.055.549						846.055.549
1449				1.707.575.632				1.707.575.632
Total	98.413.168.897	851.510.481	15.581.863.557	8.526.095.667	11.412.781	1.287.061.065	1.796.997.064	126.468.109.512



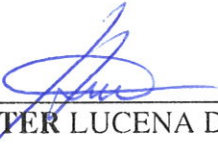
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO



JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Não será adotado o Sistema de Registro de Preços, em razão da especificidade da contratação, tendo em vista que a demanda é certa quanto à sua quantidade e, a necessidade da celeridade para a entrega do objeto contratual.

Corumbá, MS, 25 de junho de 2024.


HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS – 1º Sgt
Chefe da Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRONTEIRA
(BC Prov MG/1842)
BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO



**JUSTIFICATIVA DA NÃO UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO E
POR NÃO ADOÇÃO AO MEIO DE CARTÃO DE PAGAMENTO.**

- 1) Trata-se de justificativa referente à não utilização do catálogo eletrônico de padronização, expressa na Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022 e a justificativa por não adoção do cartão de pagamento como forma de pagamento.
- 2) O procedimento de padronização está definido no art. 5º do Portaria Seges/ME nº 938, de 2022, entretanto sua utilização não cabe ao referido processo de contratação devido o item a ser contratado não constar no rol de itens divulgados no Catálogo Eletrônico de Padronização, disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 3) Justifica-se a não adoção do cartão de pagamento como forma de pagamento desta contratação, devido esta Organização Militar não fazer uso desta modalidade.

Corumbá, MS, 25 de junho de 2024.

HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS – 1º Sgt
Chefe da Equipe de Planejamento

Termo de Referência 46/2024



Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
46/2024	160145-17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS	25/06/2024 20:42 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	90076/2023	64055.004828/2024-60

1. Definição do objeto

1.1. Contratação através da escolha da proposta mais vantajosa, por dispensa de licitação, para serviço de rastreamento satelital, incluindo serviços de ajuda, SOS, Check in, siga-me, SMS, mensagem customizada, com rastreamento de 10 em 10 minutos pelo período de 12 meses (taxa de ativação inclusa). Equipamento de referência Spot Gen 4, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de rastreamento pessoal e pacote de mensagem personalizada ilimitada, serviço Geo (SOS), contendo no mínimo as funções: AJUDA (HELP), CHECK IN ilimitadas e rastreio básico com intervalos de 5, 10, 30 e 60 minutos, assinatura básica anual pelo período de 12 meses por aparelho/equipamento (SPOT Gen 3) e (SPOT X).	25410	SV	7	R\$ 1.300,00	R\$ 9.100,00

1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto às especificações do objeto.

1.4. A entrega do material/prestação do serviço será realizada aos equipamentos do Centro de Instrução de Operações no Pantanal do 17º Batalhão de Fronteira, localizado na Rua Cáceres, 425, Centro, Corumbá/MS, CEP 79.304-010.

1.5. Quando necessário, os valores de referência já devem incluir o frete e todos os custos para entrega do material/prestação de serviço no local estabelecido.

1.6. Quando for aquisição de material, a empresa deverá apresentar na sua proposta o catálogo do modelo do material ofertado, com descrição detalhada e fotos.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação visa atender as necessidades do CIOpPan do 17º B Fron, dando suporte aos deslocamentos e instruções deste Estabelecimento de Ensino, com a localização precisa de patrulhas constituídas por estagiários e auxiliar na comunicação dos instrutores e monitores em áreas isoladas do Pantanal.

2.2. O não atendimento da demanda acarretará no comprometimento da consecução das atividades fins deste Centro.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

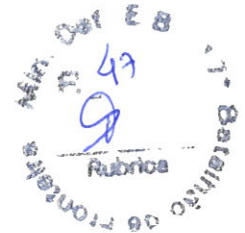
3.1. Do levantamento realizado no mercado, constatou-se a existência das seguintes soluções:

3.1.1. Contratação de serviço de empresa especializada para fornecimento de serviço de rastreamento em geral.

3.2. Quantidade de material/serviço a ser contratada/aquisição:

- **ITEM 1** - Serviço de rastreamento pessoal e pacote de mensagem personalizada ilimitada, serviço Geo (SOS), contendo no mínimo as funções: AJUDA (HELP), CHECK IN ilimitadas e rastreio básico com intervalos de 5, 10, 30 e 60 minutos, assinatura básica anual pelo período de 12 meses por aparelho/equipamento (SPOT Gen 3) e (SPOT X).

3.3. A prestação do serviço ocorrerá no seguinte endereço: Aos equipamentos do Centro de Instrução de Operações no Pantanal do 17º Batalhão de Fronteira, localizado na Rua Cáceres, 425, Centro, Corumbá/MS, CEP 79.304-010 - tel. (35) 99268-5707 ou (67) 99693-8643.



4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O sistema de rastreamento deverá ser baseado em uma plataforma on-line com servidores alocados em diferentes regiões para segurança das operações. Ele deve possuir algumas vantagens como o fornecimento de endereços, coordenadas em tempo real, configurações de alertas, cercas eletrônicas, rota percorrida, criação de pontos de marcação, definição e marcação de áreas, envio de e-mails, alertas entre outros recursos. Ele pode ser utilizado em computadores via Web, ou por aplicativo em celulares e Tablets. Controle de excesso de velocidade, com relatórios dedicados, fazendo economia de dinheiro evitando multas, encurtando rotas e mensurando o tempo de permanência nos clientes. Além dos relatórios ele deverá fornecer as seguintes informações:

- Coordenadas latitude e longitude
- Estado Ligado e Desligado com ignição real
- Indicação de Movimento a qualquer hora
- Diversas mensagens como Bateria Fraca, bateria principal e bateria interna
- Direção Virtual - Direção para onde o veículo está se deslocando.
- Diversos relatórios de gestão

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica;

5.1.1. Início da execução do objeto: até 30 dias da assinatura do contrato ou recebimento da Nota de Empenho.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo, após a contratada fornecer acesso a plataforma digital para o rastreio dos objetos:

- 5.2.1. Fornecimento de endereços;
- 5.2.2. Fornecimento de coordenadas em tempo real;
- 5.2.3. Configurações de alertas;
- 5.2.4. Cercas eletrônicas, rota percorrida;
- 5.2.5. Criação de pontos de marcação;
- 5.2.6. Definição e marcação de áreas;
- 5.2.7. Envio de e-mails; e
- 5.2.8. Alertas entre outros recursos.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (nota de empenho), o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. Sempre que a contratante julgar necessário, a Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de 12 meses.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato ^{anotará} tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. O prazo de validade;

7.16.2. A data da emissão;

7.16.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. O valor a pagar; e

7.16.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como

quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Quando couber, Ato de autorização para o exercício da atividade (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por órgão competente (especificar o órgão competente) nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.33. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.34. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.34.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.34.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.34.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.34.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.35. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.36. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2024, art. 65, §1º).

8.37. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

8.38. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.39. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.40. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

8.40.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.41.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.41.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.41.3. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.100,00

9. ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), conforme pesquisas de preços apontadas no processo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.1.2. Plano interno – C4ENMICALPE; Fonte de Recursos (FR) – 1000000000; Natureza de Despesa (ND) – 33.90.39; e Programa de Trabalho (PTRES) - 232082.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.559, de 13 de novembro de 2020.




Documento assinado digitalmente
HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS
Data: 28/06/2024 12:00:29-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Chefe da equipe de Planejamento


ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS

Membro da equipe de planejamento

 Assinou eletronicamente em 24/06/2024 às 17:45:56.

FABIANO DA SILVA CARVALHO

Autoridade competente

 Assinou eletronicamente em 25/06/2024 às 20:42:57.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 05 - DFD ATUALIZADO.odt (64.9 KB)
- Anexo II - DIEx 75 - SOLICITACAO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITACAO - LEI 14.133.doc (60.0 KB)
- Anexo III - 07 - Relatorio Pesquisa de Precos 14133.docx (25.77 KB)



Estudo Técnico Preliminar 32/2024



1. Informações Básicas

Número do processo: 64055.004828/2024-60

2. OBJETO

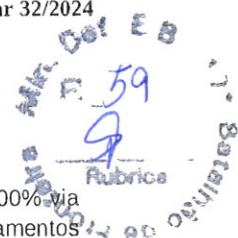
2. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, do serviço de rastreamento satelital, incluindo serviços de ajuda, SOS, Check in, siga-me, SMS, mensagem customizada, com rastreamento de 10 em 10 minutos pelo período de 12 meses (taxa de ativação inclusa). Equipamento de referência Spot Gen X e SPOT GEN 3, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de rastreamento pessoal e pacote de mensagem personalizada ilimitada, serviço Geo (SOS), contendo no mínimo as funções: AJUDA (HELP), CHECK IN ilimitadas e rastreio básico com intervalos de 5, 10, 30 e 60 minutos, assinatura básica anual pelo período de 12 meses por aparelho/equipamento (SPOT Gen 3) e (SPOT X).	25410	SV	7	R\$ 1.300,00	R\$ 9.100,00

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CIOpPan	ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS



4. Descrição da necessidade

4. Os rastreadores SPOT X e SPOT GEN 3 são dispositivos de posicionamento GPS com comunicação 100% via satélite que permitem a localização por coordenadas nas áreas mais remotas do planeta, onde outros equipamentos não funcionam. Os itens servem para auxiliar na localização em tempo real de navios impossibilitados de navegar por meios próprios enquanto rebocados. Este equipamento necessita do serviço de rastreamento básico anual, para o rastreador Spot Gen 4 c/ taxa de ativação.

4.1. Detalhamento:

O sistema de rastreamento deverá ser baseado em uma plataforma on-line com servidores alocados em diferentes regiões para segurança das operações. Ele deve possuir algumas vantagens como o fornecimento de endereços, coordenadas em tempo real, configurações de alertas, cercas eletrônicas, rota percorrida, criação de pontos de marcação, definição e marcação de áreas, envio de e-mails, alertas entre outros recursos. Ele pode ser utilizado em computadores via Web, ou por aplicativo em celulares e Tablets. Controle de excesso de velocidade, com relatórios dedicados, fazendo economia de dinheiro evitando multas, encurtando rotas e mensurando o tempo de permanência nos clientes. Além dos relatórios ele deverá fornecer as seguintes informações:

- Coordenadas latitude e longitude
- Estado Ligado e Desligado com ignição real
- Indicação de Movimento a qualquer hora
- Diversas mensagens como Bateria Fraca, bateria principal e bateria interna
- Direção Virtual - Direção para onde o veículo está se deslocando.
- Diversos relatórios de gestão

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5. A referida contratação trata-se da aquisição de serviço de rastreamento básico anual para o rastreador Spot X e Spot Gen 3 c/ taxa de ativação, pela contratada. O serviço deverão ter cobertura de garantia técnica mínima de 12 meses.

5.1. O local de entrega/prestação de serviço será no seguinte endereço: Rua Cáceres, 425, Centro Corumbá-MS, Cep 79.304-040. Os custos referentes ao frete para entrega da mercadoria/realização do serviço já devem estar embutidos no valor da contratação.

5.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos no Aviso de Dispensa de Licitação como requisito previsto em lei especial, só será admitida a oferta de produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO n° 234/2020, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

5.3. Nos termos do Decreto n° 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

5.4. O não atendimento da demanda acarretará no comprometimento da consecução das atividades fins deste Centro.

6. Levantamento de Mercado

6. Por se tratar de bem/serviço comum, foi verificado que a solução proposta encontra-se em consonância com a realidade de mercado e, portanto, mostra-se menos suscetível a práticas anti-econômicas.



7. Descrição da solução como um todo

7. Do levantamento realizado no mercado, constatou-se a existência das seguintes soluções:

7.1. Atender as especificações do Termo de Referência e todo detalhamento do serviço adquirido. Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de rastreamento em geral.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8. Quantidade de material/serviço a ser contratada/aquisição:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Classe PCA 2023	PDM / Código Sv	Quantidade
1	Serviço de rastreamento pessoal e pacote de mensagem personalizada ilimitada, serviço Geo (SOS), contendo no mínimo as funções: AJUDA (HELP), CHECK IN ilimitadas e rastreio básico com intervalos de 5, 10, 30 e 60 minutos, assinatura básica anual pelo período de 12 meses por aparelho/equipamento (SPOT Gen 3) e (SPOT X).	142	25410	7

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.100,00

9. Com base na pesquisa realizada no sistema "Pesquisa de Preço" do site do "comprasnet", verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), abrangendo os 07 (sete) serviços de rastreamento, conforme a descrição completa constante do Termo de Referência.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10. Não haverá parcelamento. O pagamento do material/serviço cobrirá as necessidades até o término do contrato /apólice.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12. A contratação do serviço encontra-se no Programa de Aplicação de Recursos da OM.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13. A aquisição do serviço, visa reduzir os gastos com compras e contratações com exacerbação dos custos e preços impraticáveis, tornando a aquisição onerosas para Administração Pública. Contribuindo para um processo mais célere para prontificação das fainas que necessitam do serviço, além de promover maior aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, elevando a eficiência no cumprimento da missão no tocante ao pronto emprego do material/serviço nas atividades fins deste Centro, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

14. Providências a serem Adotadas

14. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

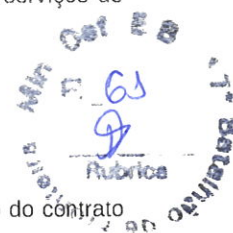
15. Possíveis Impactos Ambientais

15. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, respondendo diretamente, perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambientes causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos, subcontratados, independentemente de culpa e que não sejam comprovadamente consequência de ação ou omissão do CASOP.

15.1. Conforme rege a Instrução Normativa nº 01/ 2010 — SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública, quando da aquisição de bens, poderão exigir critérios de sustentabilidade ambiental. No processo em apreço, são aplicáveis os requisitos da referida Instrução Normativa. Deverão ser observados os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa 01/2010 — SLTI/MPOG, no que couber.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.



16.1. Justificativa da Viabilidade

Justifica-se a viabilidade da contratação devido ao fato de não ter sido encontrada nenhuma Ata de Registro de Preços vigente e que permita a sua Adesão. Foi solicitada a Adesão à Ata de Registro de Preços, da UASG 160349, Pregão 90002/2024, porém não foi aceita. As outras aquisições recentes foram feitas através de dispensa de licitação.

O serviço de rastreamento satelital é de suma importância ao Centro de Instrução de Operações no Pantanal para dar apoio aos deslocamentos em áreas isoladas dos estagiários e membros da equipe de instrução.

Foram feitas as pesquisas de preços e os valores são compatíveis com o praticado do mercado.

A contratação está prevista conforme o PCA 2024 que está em execução

Desta forma, a equipe de planejamento confirma a viabilidade da contratação.



17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


Documento assinado digitalmente
HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS
Data: 02/07/2024 14:50:40-0300
Verifique em <https://validar.rti.gov.br>

HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Chefe da equipe de planejamento

ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS

Membro da equipe de planejamento

 Assinou eletronicamente em 24/06/2024 às 17:46:38.

FABIANO DA SILVA CARVALHO

Autoridade competente

 Assinou eletronicamente em 25/06/2024 às 20:39:52.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 05 - DFD ATUALIZADO.odt (64.9 KB)
- Anexo II - DIEx 75 - SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - LEI 14.133.doc (60.0 KB)



ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS

(PAPEL TIMBRADO)

Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

Cep:

CNPJ:

Telefone:

E-mail

ITENS	CUSTO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	IMPOSTOS	FRETE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MÃO DE OBRA.	UNIDADE					
2	MATERIAL EMPREGADO (INSUMOS DIVERSOS MANUTENÇÃO DO SV).	UNIDADE					
3	ENCARGOS DIVERSOS (ESPECIFICAR)	UNIDADE					
4	IMPOSTOS (ESPECIFICAR)	UNIDADE					
5	LUCRO	UNIDADE					
6							
7							
VALOR TOTAL ESTIMADO							

*A planilha deve ser preenchida com todos os custos do licitante, não devendo o fornecedor, limitar-se somente, aos itens especificados neste modelo.

Local e data

Nome (representante) (OBS: ENVIAR PROCURAÇÃO, SE FOR O CASO)

CPF: XXXXXXXXX

Fornecedora (nome da e

CARIMBO DA EMPRESA



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO DE FRENTEIRA
(BC Prov MG/1842)

BATALHÃO ANTÔNIO MARIA COELHO



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

Órgão: 17º Batalhão de Fronteira

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): CIOPPan

Responsável pela Demanda: 1º Sgt Walter

Identidade: 0400137055

E-mail: logcioppan@gmail.com

Telefone: (67) 3368-4265

1. Justificativa da necessidade da contratação: (art.8º, inc I, Dec 10.947/22)

1.1. Motivação da Contratação: Justifica-se a eventual contratação direta de empresa especializada em serviço de **rastreamento satelital** com a finalidade de dar suporte aos militares desta Unidade Operacional do Exército Brasileiro, no sentido de apoiar as manobras executadas em ambiente pantaneiro, em apoio à **capacitação de pessoal**, em Estágios Operacionais sobre responsabilidade do Centro de Instrução de Operações no Pantanal, como é o Estágio de Operações no Pantanal, Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI) e Estágios Tático e Técnico da Embarcação Guardian 25 e outros Estágios Setoriais. Há inúmeros deslocamentos em áreas isoladas e a contratação do serviço em questão auxiliará na localização e comunicação em tempo real com equipe de instrução e estágios. Houve a descentralização de crédito no valor total de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) pelo DECEX para atender as necessidades deste Estabelecimento de Ensino, conforme planejamento na tabela SIPO em 2023.

1.2. Objetivos da Contratação: O objetivo da presente contratação é dar suporte aos deslocamentos e instruções do Centro de Instrução de Operações no Pantanal com localização precisa de patrulhas constituídas por estagiários e auxiliar na comunicação dos instrutores e monitores deste Estabelecimento de Ensino em áreas isoladas do Pantanal.

2. Objeto da Contratação (descrição sucinta do objeto): (art.8º, inc II, Dec 10.947/22)

2.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, do serviço de rastreamento portátil, incluindo serviços de ajuda, SOS, Check in, siga-me, SMS, mensagem customizada, com rastreamento de 10 em 10 minutos pelo período de 12 meses (taxa de ativação inclusa). Equipamento de referência Spot X e Spot Gen 3, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

3. Quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual: (art.8º, inc III, Dec 10.947/22)

3.1. Conforme documento anexo a este DFD.

4. Estimativa preliminar do valor da contratação (com base em anos anteriores): (art.8º, inc IV, Dec 10.947/22)

4.1. Valor total estimado da licitação: R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais).

5. Previsão da data de conclusão da contratação/data em que deve ser entregue os

materiais/serviços: (art.8º, inc V, Dec 10.947/22)

A equipe de planejamento pretende que a contratação seja concluída até a data de 31/12/2024. O serviço deverá ser prestado aos equipamentos do Centro de Instrução de Operações no Pantanal do 17 B FRON, após a emissão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da retirada/envio da Nota de Empenho, e será considerada como recusa formal a falta de fornecimento deste no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela licitante e reconhecido pelo 17 B FRON, localizado na Rua Cáceres, 425, Centro, Corumbá/MS, CEP 79.304-010, mediante agendamento através dos telefones (67) 3368-4265 e (35) 99268-5707 ou pelos emails: logcioppa@gmail.com e robsonpereira.santos@eb.mil.br, onde será verificada a conformidade entre o que foi empenhado, conforme constante da nota de empenho e o que está sendo fornecido. Serão enviados dados dos equipamentos, como o nº de série, por exemplo, para realizar a ativação do serviço de rastreamento.

6. Grau de prioridade da compra: (art.8º, inc VI, Dec 10.947/22)

() Baixo (x) Médio () Alto

7. vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas: (art.8º, inc VII, Dec 10.947/22)

7.1. A referida contratação não está vinculada com nenhuma outra demanda.

8. Relação entre a compra e o PCA/PGC 2024: Conforme o anexo I ao DFD.

8.1. Nr da contratação (Identificador da futura contratação): 90076/2023

8.2. Id do item no PCA: <https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2024/108>

8.3. Classe/Grupo: Conforme o anexo I ao DFD.



8.4 NC recebida: 2024NC001300, de 21 de maio de 2024 (DECEX) – PI C4ENMILCAPE – ND 33.90.39 – UGR 160503 – PTRES 232082.

Link de acesso ao PCA 2024: <https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2024/108>

9. Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS):

9.2. Esta OM ainda não possui PLS


10. Indicação dos membros da Equipe de Planejamento: (art.8º, inc VIII, Dec 10.947/22)

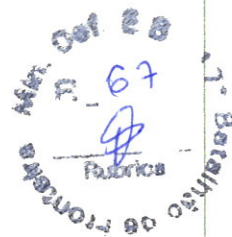
FUNÇÃO/CARGO	NOME	IDENTIDADE	CIÊNCIA
Responsável pelo Planejamento da Contratação	1º Sgt Walter	0400137055	
Integrante(s) requisitante(s)	2º Sgt Robson Pereira	093836514-5	

11. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento:

11.1. Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no item 2 do presente documento.

Corumbá-MS, 25 de junho de 2024.


HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS – 1º Sgt
Chefe da equipe de planejamento



12. Despacho do Ordenador de Despesas:

12.1. Aprovo a presente demanda e autorizo os trâmites necessários para a execução do processo licitatório/contratação.


Corumbá, MS, 25 de junho de 2024.


FABIANO DA SILVA CARVALHO – Cel
Ordenador de Despesas do 17º B Fron

ANEXO I ao DFD - Quantidade de serviço a ser contratado:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Classe PCA 2023	PDM / Código Sv	Quantidade
1	Serviço de rastreamento pessoal e pacote de mensagem personalizada ilimitada, serviço Geo (SOS), contendo no mínimo as funções: AJUDA (HELP), CHECK IN ilimitadas e rastreio básico com intervalos de 5, 10, 30 e 60 minutos, assinatura básica anual pelo período de 12 meses por aparelho/equipamento (SPOT Gen 3) e (SPOT X).	142	25410	7


HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS – 1º Sgt
Chefe da equipe de planejamento

Matriz de Gerenciamento de Riscos



1. Informações Básicas

Plano de Gerenciamento de Riscos

31/2024

FUTURA CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE RASTREAMENTO SATELITAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CIOPPAN do 17º B FRON.

Responsável pela Edição

ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS

Data de Criação

20/06/2024 16:33

2. Histórico de Revisões

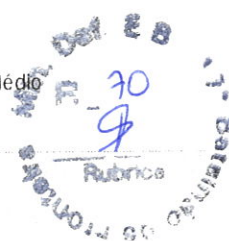
Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
1	Falha na elaboração do Estudo Preliminar, Termo de Referência e Aviso da Contratação Direta	Execução dos serviços inadequadamente pela contratada; Inexecução total ou parcial do objeto contratado; Conflitos, entre as partes, na interpretação das cláusulas contratuais, do Termo de Referência e do Estudo Preliminar; Falha na previsão de inclusão dos serviços estritamente necessários durante o exercício financeiro; Comprometimento dos resultados pretendidos na contratação;	Planejamento	Administração	Médio	
P-01	Realizar os estudos preliminares conforme normativa vigente; Utilizar os modelos da AGU - Advocacia Geral da União para elaborar o Termo de Referência, Aviso da Contratação Direta e Contrato; Considerar as contratações semelhantes feitas por esta Administração, bem como outros órgãos da iniciativa pública. Buscar amparo legal (Leis, Decretos e Instruções Normativas) vigentes para direcionar a elaboração dos documentos; Precisar os preços e a estimativa de quantitativo a serem atendidos com embasamento em documentos idôneos que comprove efetivamente a ausência do sobre preço na contratação pretendida;					Responsáveis: ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS
C-01	Refazer os estudos preliminares com fulcro nas situações ocorridas no histórico anterior à contratação, visualizando toda e qualquer situação que possa ser acometida em razão da mesma.					Responsáveis: ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS
1	Falta de qualificação das licitantes	Licitação fracassada em função do desacerto na contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, e com posterior falta de assinatura no termo de contrato ou equivalente; Atraso ou não cumprimento das metas aportadas inicialmente pelo gestor da pasta;	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
P-01	Solicitar qualificação jurídica, econômico-financeira e técnica pertinentes e compatíveis com o objeto e de acordo com a legislação vigente;					Responsáveis: ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS
C-01	Reavaliar o objeto e as condições estipuladas no Aviso da Contratação Direta, no estudo técnico e no termo de referência;					Responsáveis: ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS
	Atraso no pagamento	Descapitalização da contratada;				

serviços prestados Suspensão imediata dos serviços Gestão de Contrato Contratada
conforme previsto contratados; Atraso na conclusão do
em cronograma objetivo da contratação;

Médio



1 Impactos
Médio

Ações Preventivas

P-01 Cumprir o cronograma de pagamento pelos serviços contratados; A contratada deve manter a regularidade na documentação e nas condições de habilitação; **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Ações de Contingência

C-01 Efetuar o pagamento dos serviços já prestados, assim que o recurso estiver disponível; **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Falhas na elaboração da Pesquisa de Preços	Pedidos de esclarecimentos; Preço inexequível; Atraso no fornecimento de bens; Celebração de termos aditivos; Superestimação ou subestimação dos custos; Licitação vazia ou fracassada	Planejamento	Administração	Médio	

1 Impactos
Médio

Ações Preventivas

P-01 Realizar o orçamento segundo as normativas vigentes em conformidade com a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021; Realizar pesquisa com fornecedores da região; Proceder revisão minuciosa dos valores e quantitativos **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Ações de Contingência

C-01 Refazer o orçamento para o serviço no momento em que forem identificadas inconsistências; Republicar edital com novos valores, embora tenha sido adotado a opção sigilosa para tal ato motivado; **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Licitação deserta	Atraso na contratação da empresa e, por consequência, atraso no fornecimento dos bens; Elaboração de novo processo de planejamento para contratação gerando prejuízos por retrabalho	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

1 Impactos
Médio;

Ações Preventivas

P-01 Informar empresas cujo objetivo seja do ramo de atuação deste procedimento que existe uma licitação publicada; Ampla divulgação do edital; Pesquisar número de empresas que fornecem o objeto regionalmente **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Ações de Contingência

C-01 Reavaliar a descrição do objeto da licitação; Reavaliar a estimativa de preços referenciais; Reavaliar as exigências e requisitos da contratação; Republicar a licitação no menor prazo possível **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Elevação de custos	Redução do poder de compra pelo órgão gerenciador da ata de registro de preços ou termo equivalente; Elevação dos custos;	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

1 Impactos
Médio

Ações Preventivas

P-01 Manter registro preciso das atividades realizadas; **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Ações de Contingência

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Interrupção da Prestação do Serviço por Parte da Contratada	A empresa, por qualquer motivo interromper a prestação dos serviços contratados.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	

1 Impactos
Médio.

Ações Preventivas

P-01 Realizar diligência (s) prévia (s) de forma cuidadosa para assegurar que a empresa tenha as garantias requisitadas pela lei esteja atendendo os requisitos de habilitação. **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS, HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Ações de Contingência

C-01 Recorrer aos normativos legais para buscar a melhor forma de manter a prestação **Responsáveis:** ROBSON PEREIRA SANTOS DE

dos serviços sem a participação da contratada; Notificar a empresa e se for o caso, abrir processo sancionador para apuração de responsabilidade.

MORAIS, HOSTIANO WALTER
LUCENA DOS SANTOS

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento



gov.br
Documento assinado digitalmente
HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS
Data: 25/06/2024 11:00:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HOSTIANO WALTER LUCENA DOS SANTOS

Chefe da equipe da planejamento

gov.br
Documento assinado digitalmente
ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS
Data: 26/06/2024 16:42:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBSON PEREIRA SANTOS DE MORAIS

Membro da equipe de planejamento

gov.br
Documento assinado digitalmente
FABIANO DA SILVA CARVALHO
Data: 01/07/2024 18:37:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABIANO DA SILVA CARVALHO

Autoridade competente